
Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico

AMÍLCAR GUERRA*

R E S U M O

Após um enquadramento do problema de *Caepiana* no contexto dos topónimos criados sobre nomes pessoais latinos, em particular de figuras ligadas à conquista romana, analisa-se o problema da identificação concreta deste lugar. Invocam-se argumentos de natureza linguística, histórica e geográfica, recorrendo aos elementos recolhidos em escavações, mas também aos dados proporcionados pelas fontes literárias, numismáticas e arqueológicas. Discute-se a associação tradicional deste nome de lugar a Q. Servílio Cepião, propondo uma alternativa a essa consagrada interpretação.

A B S T R A C T

After framing the problem of *Caepiana* in the context of the ancient Iberian place names based on Latin personal names, especially those of figures connected to the Roman conquest, this paper analyses the problem of its accurate identification. Linguistic, historical and geographic arguments are presented, appealing to the archaeological evidence, but also to the data found in literary, numismatic and archaeological sources. The traditional association of this name with Q. *Servilius Caepio* is argued, while considering an alternative to this consecrated interpretation.

1. Introdução

Um dos contributos mais significativos que as fontes literárias clássicas nos legaram é constituído pelo amplo repertório de nomes geográficos. Esta informação, respeitante fundamentalmente aos aglomerados populacionais, pode ser particularmente válida em dois domínios: na vertente linguística, proporciona, em primeiro lugar, amplos materiais para o estudo dos vestígios das línguas pré-latinas da Península Ibérica; mas, ao mesmo tempo, documenta aspectos da transformação inerente à presença romana, ao atestar algumas repercussões que o processo de conquista teve no domínio da língua e, em particular, na sua vertente toponímica.

Neste campo, constata-se nomeadamente que, devido à nova realidade política criada, surgem alguns topónimos de cariz misto, por um lado seguindo tradições locais, mas, ao mesmo

tempo, adaptados à nova situação. Estes podem ser ilustrados, por exemplo, pelos bem conhecidos compostos em *-briga*, cujo primeiro elemento respeita, com frequência, a antropónimos romanos (*Brutobriga*, *Caesarobriga*, *Iuliobriga*, *Augustobriga*).

Mas a natureza do próprio processo romanizador é acompanhado pelo surgimento de topónimos latinos, uma vez que um dos reflexos de uma política de transformação das sociedades locais passa por esse aspecto que, em muitos casos, assume uma relevância política extraordinária. Não é de modo nenhum arbitrário que as designações de *Pax Iulia*, *Felicitas Iulia*, *Liberalitas Iulia* se devam a um momento preciso da História romana, em que as virtudes enunciadas sejam bandeira de um determinado chefe político que ao mesmo tempo procura associá-las ao nome da sua *gens* e, muito especialmente, ao seu pai adoptivo. Neste caso os nomes de lugar apresentam-se como reflexos de programas políticos muito concretos que em território peninsular foram particularmente visíveis sob Octaviano (Faria, 1989, p. 104).

Esta tendência para associar os nomes de lugares que progressivamente se vão criando ou promovendo juridicamente a personalidades políticas encontra-se amplamente atestada no Ocidente Hispânico e documenta-se especialmente ao longo do processo de conquista. Durante esta fase constata-se que determinadas implantações de natureza militar recebem precisamente o nome de quem se encontra à frente do exército, como corolário da instalação de tropas num território em processo de conquista ou onde subsiste qualquer conflito. Deste modo, têm sido interpretados *Castra Caecilia* e *Castra Seruilia*, que alguns tempos mais tarde Plínio (nat. 4, 117) define como *contributae* da colónia *Norba Caesarina*.

A clara natureza militar da sua ocupação levou justamente os investigadores a considerarem que corresponderiam a instalações temporárias do exército, em diversos momentos da conquista do território hispânico. Os qualificativos baseados em *nomina* latinos não poderiam senão ser interpretados como referentes aos chefes, de uma forma geral os cônsules ou os procônsules da Ulterior desse período.

Deste modo, em especial devido à autoridade de Schulten (1937, p. 122-123), assumiu-se geralmente que *Castra Seruilia* devia o seu nome a *Quintus Seruilius Caepio*, o qual desenvolveu a sua acção militar na Ulterior entre 140 e 139 a.C. Esta ilação decorreria essencialmente de um passo de Apiano no qual, após se relatarem os episódios de ruptura do tratado entre Roma e os lusitanos por parte do general romano e de este ocupar Arsa e perseguir o caudilho lusitano em fuga para a Carpetânia, se esclarece que o mesmo dirigiu as suas acções contra os Vetões e Galaicos (Appian. *Hisp.* 70). Ainda que possa parecer pouco clara a razão pela qual muda aparentemente de estratégia, passando a “assolar os campos” daqueles povos, poderia compreender-se que uma acção em área vetónica se relacionasse eventualmente com as estruturas militares de período republicano que se conhecem em torno a Cáceres.

Quanto a *Castra Caecilia*, Schulten (1937, p. 173-174, 1926, p. 67-68) postulou uma relação com as guerras sertorianas, atribuindo a criação desse núcleo a Q. Cecílio Metelo Pio, procônsul da Ulterior em 79. Os dados arqueológicos parecem contribuir, de forma bastante consistente, para aceitar esta correlação (Ulbert, 1984, p. 197-201). Todavia, as fontes literárias não contêm nenhuma indicação explícita a respeito da sua ligação com este lugar. O texto de Plutarco, aquele que proporciona dados mais pormenorizados sobre a sua acção no Ocidente, fornece alguns elementos que permitam estabelecer a geografia destes conflitos, mas não muito claros. Na descrição de algumas acções, reporta-se especificamente o nome da localidade de *Λαγγοβρίτα*, que o estudioso alemão identifica com a actual cidade de Lagos, no Algarve.

É claro que esta circunstância não é incompatível com a existência de movimentações em outros âmbitos geográficos, mas a muito problemática correspondência entre o nome *Langobrita*

e a localidade algarvia deu consistência a outras identificações que teoricamente apresentavam pelo menos as mesmas probabilidades que a hipótese mais generalizada. Entre elas a de corresponder uma da localidades da Lusitânia imediatamente a sul do Tejo, de nome afim, mas de localização incerta (Alarcão, 1990, p. 349), ou, em outros casos (Tovar, 1976, p. 208, 257; Spann, 1981, p. 229-235; García Morá, 1991, p. 86-91) apontou-se para estação viária de *Longobriga*, referida pelo ITIN. *Ant. Aug.* e situada entre *Talabriga* e *Cale*. Como já sugeri em outro lugar, dever-se-ia considerar a possibilidade de correspondência com a actual Longroiva, Meda (GD), lugar onde um epíteto teonímico confirmou que o seu antigo nome seria **Langobriga* (Guerra, 1998, p. 176 e 486-487), forma que se adequaria exactamente à atestação de Plutarco, caso se admita a muito provável e frequente confusão entre as letras gregas T e G¹. Nas duas últimas propostas interpretativas concentrar-se-ia mais a acção de Q. Cecílio Metelo, ou pelo menos o conjunto de lugares historicamente relacionados com esta figura.

Para além de *Castra Caecilia*, Schulten (1926, p. 67, 69) vinculava à mesma personagem o *uicus Caecilius*, associação que coloca outro tipo de problemas, uma vez que neste caso subsistem dúvidas sobre a própria forma do NL (Guerra, 1998, p. 359-360). Se, como queria o professor de Erlangen, se deve corrigir o nome daquela estação viária, também aqui se levantam justificadas dúvidas sobre a sua suposta relação com o referido procônsul romano. Para além do nome — um gentílico muito abundante também em contexto peninsular — invoca-se a circunstância de o *uicus* se situar na chamada *via de la Plata*, eixo sobre o qual se desenrolariam muitas das acções que lhe são atribuídas. Na realidade a vinculação do topónimo com esta personagem é muito problemática.

Na ordem de ideias que norteava Schulten, não surpreende que neste mesmo grupo de topónimos relacionados com a ampla actividade militar de Q. Cecílio Metelo no Ocidente hispânico, se devesse incluir igualmente *Caeciliana*, a estação viária situada a oito milhas de *Catobriga* (Itin. *Ant. Aug.* 417,2) cuja correspondência precisa não aponta, limitando-se a atribuir-lhe uma localização vaga “al Sudeste de Lisboa” (Schulten, 1937, p. 174-175). Neste caso concreto, considera que esta incursão no extremo ocidente se poderia inserir num movimento militar no qual se colocava igualmente a conquista de *Dipo*, a *ualida urbs* brevemente aludida num texto de Salústio (hist. 1,113, Cfr. Schulten, 1926, p. 70). Que razão nos pode levar a assumir como certa esta interpretação histórica e não, simplesmente, a tomar este topónimo como um dos que se relacionavam com um qualquer *Caecilius*, cuja *uilla* ou cujos *praedia* assim eram qualificados? Em boa verdade, nenhuma. Por essa razão Knapp (1977, p. 22-23) manifestou já reservas a esse respeito.

Mas Schulten vai mesmo mais longe na sua ousadia interpretativa ao considerar, por exemplo, que a referência, neste conjunto alusões à sua movimentação em contexto hispânico, a uma *Lusitaniae grauem ciuitatem* (Sall. hist. 1,114) poderia denunciar um prolongamento da sua incursão até *Olisipo* (Schulten, 1937, p. 175). Este filão explicativo seguido pelo ilustre arqueólogo parece, na realidade, em contradição com um passo da mesma fonte, por ele próprio transcrito na sua recolha sistemática, segundo a qual o próprio Metelo revelava um evidente medo da estratégia de guerrilha dos lusitanos, o que o teria impedido de avançar muito no seu território (Sall. hist. 1, 112; Schulten, 1937, p. 174).

Por fim, à mesma lista adicionava Schulten a cidade de *Metellinum*. Ainda que se trate de um núcleo em que uma longa tradição ocupacional se encontra bem atestada (Almagro e Martín, 1994, esp. p. 111-121), Q. Caecílio Metelo dará também o seu nome a um dos principais pontos de controlo da passagem do Guadiana, na sua acção de domínio do território ao longo do processo de romanização, a *colonia Metellinensis* (Plin. nat. 4, 117). Ao contrário do que acontece com outras atribuições toponímicas, esta parece reportar-se com bastante segurança a uma personagem histórica

e não a um qualquer *Metellus*, dada a solidez dos elementos que permitem estabelecer uma relação entre ambos. Neste caso concreto, as próprias fontes literárias fornecem alguns elementos que dão, de facto, maior consistência à ligação com um Cecílio Metelo, o mais significativo dos quais se recolhe no elenco de Ptolomeu (Geog. 2,5,6), no qual se designa a cidade como **Καικίλια Μετέλλινα**. E ainda que sejam vários os *Caecilii Metelli* ligados ao processo de conquista de Península Ibérica², parece não haver dúvidas, pelo enquadramento geográfico das acções, sobre a correspondência do nome da cidade com o general romano que teve um papel de relevo durante as guerras sertorianas (Schulten, 1937, p. 173-174; García Morá, 1993, p. 389).

2. O caso de *Caepiana*

Parece pois evidente que, exceptuando alguns casos pontuais, muitas das ligações entre os topónimos derivados de NP latinos e determinadas personagens históricas do período de conquista não assentam em bases sólidas. Neste mesmo grupo de topónimos latinos se insere o nome de *Caepiana*, que constitui o objecto deste contributo. E também neste caso, como se verá, não é seguro a que personagem histórica deve este lugar o seu nome.

Neste, como na maioria dos exemplos analisados, a tradição historiográfica acaba sempre por ter um peso significativo na identificação dos lugares, normalmente porque, aceite ao longo de muitos anos uma determinada solução e não existindo novos dados que fundamentem a sua alteração, se admite tacitamente a sua validade. Nos casos em que se assume uma postura mais crítica opta-se, em regra, por referir as correspondências consagradas, sublinhando-se, de forma mais ou menos marcada, a pouca consistência que estas possuem.

Ora *Caepiana* corresponde exactamente a este perfil. Vale a pena, por isso, averiguar das verdadeiras razões que presidiram tanto à sua vinculação com Q. Servílio Cepião, como aos fundamentos das suas diferentes localizações.

As fontes literárias constituem, naturalmente, o ponto de partida para este percurso de indagação. O nome, como se sabe, ocorre uma única vez na “literatura” clássica, no elenco geográfico de Ptolomeu, o que constitui uma forte limitação, com importantes repercussões nas duas vertentes do problema. No que respeita à sua localização, porquanto são normalmente encaradas com muitas reservas as suas coordenadas; e, ainda mais na sua componente histórica, dado que a natureza da obra, uma simples lista de nomes e das respectivas medidas se pode considerar particularmente pobre de informação nesse domínio.

De concreto sabemos que o topónimo em análise vem incluído na lista das cidades da Lusitânia que pertencem aos Célticos, numa sequência que se inicia com *Langobriga* e termina com *Arandis*: **Λαγκόβριγα, Καιπίανα, Βραιτόλαιον, Μιρόβριγα, Αρκόβριγα, Μερίβριγα, Κατραλευκός, Πύργοι λευκοί, Άρανδίζ**. Transpostas as coordenadas respectivas para um plano, constata-se que todos estes lugares ocupam um território que, no quadro geral da Lusitânia, se situam a sul da foz do Tejo e a norte dos Turdetanos, povo a que se associam, por exemplo, as localidades de **Σαλακία** e **Καιτόβριξ**, para além de outras mais meridionais, como **Βάλσα** e **Όσσόνοβα**.

Na tabela ptolomaica, *Caepiana* apresenta-se como a que possui, no quadro das suas congéneres, uma posição mais ocidental, a par de *Mirobriga*, e é, ao mesmo tempo, uma das mais setentrionais, apresentando-se acima dela apenas a cidade de *Langobriga*. Quando se toma o conjunto da informação geográfica do autor alexandrino, pode constatar-se que a localidade em análise se apresenta um pouco mais a norte do *Barbarium promontorium* e ligeiramente mais a sul que *Olisipo* e a foz do Tejo.

Nestas circunstâncias, percebe-se facilmente por que razão as atribuições tradicionais se inclinaram preferencialmente para a “península de Setúbal”. De facto, a aceitarem-se como genericamente fiáveis os dados de Ptolomeu, ganharia bastante consistência essa possibilidade, em especial se se tomam como referência os pontos antes citados, juntamente com *Caetobrix* e *Salacia*. Ao contrário, faz menos sentido manter-se esta hipótese quando se consideram as relações com *Mirobriga* e *Meribriga* e, sobretudo, com a problemática *Lancobriga*. Müller, autor de uma edição da obra com enorme impacto, parece ter sido o primeiro responsável pela sua localização concreta nas proximidades de Sesimbra, que tanto sucesso veio a ter.

As posturas assumidas pelos investigadores que se lhe seguem decorrem, naturalmente, da sua atitude perante a validade geral das informações do geógrafo alexandrino e, ao mesmo tempo, da perspectiva mais ou menos crítica em relação à historiografia precedente. Algumas posições sobre a questão, porém, têm maior impacto que outras. Ganham especial relevo, neste domínio, as considerações de Schulten, baseadas no pressuposto de que a sugestão de Müller era exacta. E estas não só negligenciam a postura crítica, silenciando naturais dúvidas a respeito dessa identificação pouco fundada, como vão no sentido de confirmar taxativamente que “(Castra) Caepiana” se situa “cerca de Cecimbra, na ría de Setúbal” (Schulten, 1937, p. 123). As novidades por ele trazidas residem na ligação que estabelece entre o lugar e determinados factos históricos, como antes se viu, e na aceitação de que a forma adjectival suporia, por essa razão, uma concordância com o termo *castra*.

Ainda que esta interpretação seja repetida por alguns investigadores que a tomam como um postulado, em outros casos, todavia, esta atribuição é baseada num pressuposto de fiabilidade das coordenadas de Ptolomeu que em muitos casos carece de fundamento.

Entre os primeiros encontra-se toda uma tradição historiográfica amplamente tributária dos trabalhos deste investigador, em especial nas décadas que se seguiram à elaboração do monumental trabalho das *Fontes Hispaniae Antiquae*, mas revelando uma notável perduração até à actualidade (Tovar, 1976, p. 216; Roldán, 1978, p. 17; González Román, 1981, p. 84: “Cazimbre, en el Cabo Espichel”; Tovar e Blázquez, 1980, p. 66; de Francisco, 1989, p. 70. Uma das mais recentes reposições desta perspectiva pode encontrar-se em Pastor, 2001, p. 102, onde se assume tratar-se efectivamente dos antigos acampamentos de Cepião (*Castra Caepiana*), a situar junto a “Decimbra”, retomando uma corrupção do nome moderno já presente em Gundel (1968, p. 190).

Esta referência mais pormenorizada e em certos aspectos fastidiosa, pela forma como a mesma informação se repete com adulterações que por vezes tornam irreconhecível a sua origem, apresenta todavia uma enorme vantagem, por assim dizer, “pedagógica”. Daqui resulta, com muita clareza, que, de uma forma geral, os investigadores aceitam com bastante facilidade propostas tradicionais de identificação de topónimos, ainda que problemáticas ou pouco fundamentadas, sem muitas vezes se questionarem sobre a solidez dos argumentos que presidiram à sua formulação.

Todavia, em alguns casos é possível entrever alguma hesitação perante a natureza dos dados, revelando grau de criticismo muito diversificado. Tovar e Blázquez (1980, p. 66), remetendo especificamente para Schulten, exprimem, de uma forma subtil, a dúvida sobre a relação entre o topónimo e Cepião, mas não questionam a sua localização na área por ele apontada.

Jorge de Alarcão ilustra um percurso de investigação que vai afirmando cada vez mais uma perspectiva autónoma em relação a Schulten. Aceitando, de uma forma geral, a hipótese consagrada no que diz respeito à ligação da *polis* em causa com o nome daquele magistrado romano (o seu distanciamento da perspectiva tradicional, na linha de Tovar e Blázquez, é mais notório em Alarcão, 1973, p. 34-35), interroga-se, contudo, sobre a efectiva localização desse estabelecimento militar. Desde o início que a sua interpretação das fontes o levou a considerar que a hipótese tradicional deveria ser corrigida em favor do Alentejo. Mas, enquanto na primeira fase se limitou a

uma indicação genérica, talvez mais compatível com o carácter aleatório de muitas das coordenadas ptolomaicas (em 1973, p. 35, a par da sugestão de Schulten; em 1988, p. 22, sem referir já essa proposta), mais recentemente optou pela indicação concreta do Alentejo Ocidental e, especificamente, de uma área próxima de Alcácer do Sal (Alarcão, 1990, p. 347).

Tem sido, de facto, neste domínio da localização que é possível identificar uma postura divergente da consagrada. Já Leite de Vasconcellos (1905, p. 21), no rigor das suas observações, tinha classificado *Caepiana* entre as “localidades de região de Setúbal cujo *ubi* se desconhece”. Assume, todavia, que as coordenadas do geógrafo grego são relativamente fiáveis e, portanto, que os seus vestígios se devem procurar nessa região.

Encontrando-se actualmente a comunidade científica ciente de que a informação ptolomaica se revela em muitos casos inexacta, parece preferível não fundamentar apenas nela qualquer localização exclusivamente dependente dessa fonte, como é o caso de *Caepiana*. Esta perspectiva, consagrada na TIR (J-29, p. 48), pode encontrar-se já em algumas obras anteriores. L. Berrocal Rangel (1992, p. 62), ainda que admita a sua relação com os acontecimentos finais das Guerras Lusitanas, considera infundada a sua localização em Sesimbra, postura idêntica à de C. Fabião (1992, p. 216), que aceita apenas a sua integração vaga no âmbito das cidades célticas da Lusitânia meridional.

Verifica-se, pois, que nas tendências da investigação mais recente, se afirma a necessidade de rever o problema da sua identificação, dada a insuficiência dos argumentos até agora apresentados para a sua solução. Ao contrário, as dúvidas a respeito da origem do nome, ou, mais propriamente, da personagem a quem ele se deve associar, só raramente se levantaram. De qualquer modo, uma simples análise das fontes deste período permite constatar que há pelo menos uma alternativa evidente que apresenta tantas ou mais probabilidades que as da versão tradicional.

Como se sabe pela documentação literária, a partir de 109 e talvez até 107 a.C. foi pretor e procônsul na Hispânia Ulterior o filho, homónimo, da personagem que eliminou Viriato. Ainda que as referências à sua acção no Ocidente hispânico sejam bastante vagas, não se pode dizer que contenham menos elementos para a sua ligação com *Caepiana* que as respeitantes ao seu pai. Efectivamente esta interpretação foi já sustentada por vários autores (ultimamente por Dyson, 1985, p. 224 e, a par da visão tradicional, por Bandelli, 2001, p. 109-110), ainda que continue a ser claramente minoritária, talvez pela reduzida informação a seu respeito.

Desta personagem, na realidade, apenas se sabe que venceu os Lusitanos (Eutrop. 4, 27) e que a sua pretura se ilustrou com a celebração do triunfo (Val. Max. 6, 9, 13). Mas estes factos, interpretados à luz de outra documentação, permitem compreender melhor o contexto em que se desenrolam estes acontecimentos. Apesar de Viriato ter sido derrotado e, aparentemente, ter sido decapitado a resistência lusitana, temos inúmeros indícios de que a instabilidade persistiu em determinadas regiões. Provavelmente já não têm grande relevo os conflitos na área em que se desenrola a maioria das movimentações que se englobam no que se designa como as “Guerras Lusitanas”: o que vem a ser mais tarde a província da Bética. Mas ganham especial relevo os pequenos conflitos em outras áreas, com dimensões que nem sempre é possível avaliar.

Em relação ao extremo Ocidente, é sintomático que Décimo Júnio Bruto proceda à fortificação de *Olisipo* como uma das componentes da estratégia de apoio e às suas tropas, sedeadas na região de *Scallabis*. Esta preocupação decorre certamente desse clima de instabilidade que os romanos enfrentavam em locais que, apesar do fácil acesso marítimo, enfrentavam algumas ameaças. Estas viriam, naturalmente, das áreas envolventes, que não se encontrariam totalmente controladas. É compreensível, portanto, que essa medida de protecção tomada pelo Galaico se traduzisse também na instalação de um contingente militar nessa cidade da foz do Tejo, como já foi sugerido (Ribeiro, 1994, p. 76).

A documentação literária, apesar de escassa, proporciona, para o período que medeia entre a morte de Viriato e as Guerras Sertorianas, em especial entre 114 a.C. e o início do século I a.C., alguns elementos que atestam bem a situação que se vivia na Ulterior. Plutarco reporta genericamente os problemas que Gaio Mário enfrentou durante a sua pretura nesta província, ao longo do ano de 114 (Plu. *Mar.*, 6); no ano de 112, *L. Calpurnius Piso Frugi* foi morto no exercício da mesma função (Cic. *Verr.* 4,56), tendo sido substituído por M. Júnio Silano, enviado *ad Hispanos tumultuantes* (Rufio Festo, *Brev.* 5,1); em 105 dá-se conta de uma derrota do exército romano frente aos lusitanos (Obseq. 105); assinalam-se de novo conflitos entre 102 e 100, os primeiros na pretura de M. Mário e os últimos quando era procônsul L. Cornélio Dolabella e cujo triunfo vem a celebrar no ano de 98 (Acta Triumph. *CIL I*², 1, 177). Em 99 assinalam-se de novo conflitos com os *Lusitani rebellantes* (Obseq. 99).

Estas informações de natureza literária podem pôr-se em paralelo com os acontecimentos que justificam a *tabulla Alcantarensis*, com que se assinala a *deditio* dos *Seanoci*. Este importante texto epigráfico atesta bem a persistência de conflitos bem localizados no espaço e no tempo: a placa provém do povoado de Castillejo de la Orden (Alcántara, Cáceres) e diz respeito a uma entidade da região que, em 104 a.C. teve de aceitar as condições de rendição estabelecidas pelo documento epigráfico que aí se identificou. Não restam dúvidas sobre o facto de se tratar de um *populus*, segundo a terminologia nele usada, que em determinado momento se rebelou e que acabou por vencido pelo exército romano, neste caso sob o comando de C. Césio (López Melero et al., 1984, esp. p. 312-314).

Este documento apresenta um particular interesse no caso vertente, uma vez que ilustra bem o tipo de problemas que os romanos enfrentavam nesta fase do processo de conquista. Ainda que aparentemente terminadas, nesta região, as grandes movimentações militares e calada uma resistência sistemática e organizada, continuava todavia a persistir um clima de instabilidade, caracterizado pelo surgimento de focos pontuais de conflito (López Melero et al., 1984, p. 313-314).

Por fim, esta mesma conclusão se pode retirar de alguns ocultamentos de tesouros monetários republicanos, passíveis de serem integrados neste período³. Embora a maioria tenha cronologias mais avançadas, um pequeno grupo, que J. de Alarcão, num trabalho recente, agrupa no apartado “tesouros de c. 100 a.C.” (Alarcão, 1999, p. 1-3), atesta bem o mesmo clima de insegurança neste período, no qual devem persistir alguns conflitos entre o exército romano e as populações hispânicas. Verifica-se, nomeadamente, que é nas regiões meridionais do Vale do Tejo e a sul deste rio que o fenómeno se encontra mais amplamente atestado, mas verificam-se mesmo alguns exemplos mais setentrionais, como é o caso do achado de S. Tibério, Pombal e de Alvorge, Ansião (Alarcão, 1999, p. 2-3). Todavia, o aspecto mais interessante seria a possibilidade de associar alguns fenómenos de ocultação mais antigos, especificamente o da herdade da Mília, Portel (cujo numisma mais tardio é de 113-112 a.C.) e o segundo de Mértola (com cunhagens anteriores a 112-111 a.C.) a uma instabilidade que se poderia de algum modo relacionar com a algumas das acções empreendidas por Servílio Cepião. Todavia, J. de Alarcão prefere associar todo o conjunto acima enunciado a alguns confrontos em que os lusitanos se teriam superiorizado aos romanos e datadas de 99 a.C. (Alarcão, 1999, p. 2-3) ou, em alguns casos, seria devido a acções de M. Márcio (102 a.C.) ou de L. Cornélio Dolabela (101-100 a.C.). É provavelmente neste contexto de instabilidade que decorrem as acções de Q. Servílio Cepião, o filho, nos anos de 109 e seguintes, que lhe valeram o direito de celebrar o triunfo em Roma.

A incursão que explica a existência de uma *Caepiana* no extremo Ocidente peninsular justificar-se-ia bem nesta situação e, ao contrário, poderia parecer demasiado aventurosa para um general romano cerca de 30 anos antes. Em qualquer dos casos, a importância estratégica desta área

parece manter-se nas décadas subsequentes, facto que justificaria igualmente a instalação de tropas no vizinho lugar de *Caeciliana*. A constituição de uma e de outra, tem que ver, eventualmente, com a relevância da via de comunicação terrestre que ligava esta área, e *Olisipo* em especial, ao vale do Guadiana, onde *Metellinum* detinha um papel essencial, mas na qual se inseria igualmente a localidade de *Dipo*, a *uallida urbs* que parece deter, nesta fase mais antiga, uma particular importância. Apesar da natureza fragmentária do passo em que se reporta o nome desta cidade (Sall. hist. 1, 113), enquadra-se aparentemente numa mesma movimentação de Cecílio Metelo, no âmbito das guerras sertorianas (Schulten, 1937, p. 174-175).

Por esta razão, parece manifestamente ousado continuar a explicar de forma sistemática o topónimo com determinadas acções militares, promovidas por uma única personagem, quando reinam tantas incertezas a esse respeito. Haveria, pelo menos, que reunir elementos mais consistentes, para não se ficar reduzido a uma mera conjectura, porque apontada por uma autoridade. O simples facto de se esquecer a hipótese de se tratar de um sítio vinculado uma figura homónima e de um período relativamente próximo revela o descuido com que este assunto tem sido abordado e impõe a necessidade de, pelo menos, se questionarem as certezas expressas no passado.

Liminarmente poderia, pura e simplesmente, invocar-se que não há fundamento para sustentar uma relação entre o topónimo e qualquer das personagens em causa. Para ilustrar esta perspectiva assumem particular interesse as considerações de J. L. García Alonso (2003, p. 96), o qual, comentando o topónimo *Caepiana* (Ptol. *Geog.* 2,5,5) o define como “un nombre más de los formados con el sufijo *-ana* sobre el nombre de algún *poseedor* (*Caepius* o *Caepia*)...”. Esta postura contrarrente apresenta a vantagem de constituir uma alternativa linguisticamente válida, contraposta a uma interpretação que, na realidade, nunca foi devidamente fundamentada.

Como contributo para dar a este problema uma outra dimensão, apresenta-se uma hipótese de identificação concreta do sítio e invocam-se os argumentos que dão fundamento a essa conjectura. Neste caso concreto é possível trazer à colação alguns elementos de natureza estritamente arqueológica, os quais, como acontece com frequência, não contribuem, por si só, para resolver a questão.

3. Questões metodológicas

Por essa razão, penso ser importante, antes de mais, tecer algumas considerações metodológicas sobre a identificação dos antigos lugares.

As informações dos autores clássicos a respeito dos topónimos ganham, nestes casos, um particular relevo no que respeita à compreensão do processo histórico. A sua cabal explicação encontra-se, nestes casos, nas vicissitudes da conquista e submissão do território e para tal contribuem, de forma substancial, as próprias fontes. Todavia, como adiante se verá, nem sempre as informações são claras e acaba por ser a historiografia que, sopesadas as várias possibilidades e associados argumentos de natureza variada, acaba por atribuir a determinados personagens e a factos concretos a razão de ser de determinado apelativo.

É na análise de problemas desta natureza, onde a atribuição dos lugares a um território específico tem mais relevância, que as discussões sobre a localização dos antigos topónimos faz mais sentido. É certamente por esta razão que se constituíram ao longo do tempo vários projectos orientados especificamente nesta direcção. Entre eles destaca-se o que foi delineado e iniciado por Schulten e concluído por Tovar, de âmbito estritamente peninsular. Mais recentemente a União

Académica Internacional, instituição que tem dado apoio a projectos de investigação de amplo alcance científico, contribui para a publicação da parte hispânica da *Tabula Imperii Romani*, recentemente completada.

Para o estabelecimento de uma correspondência entre um nome de lugar antigo e um sítio actual, faltando provas documentais seguras (normalmente proporcionados pela epigrafia, como o registo do topónimo), devem considerar-se aos seguintes tipos de argumentos:

a) de ordem linguística: Traduz-se, por via da regra, na perduração do antigo topónimo, ainda que mais ou menos alterado na sua forma. Entra-se em consideração, neste domínio, com algumas regras da evolução das línguas, facto que é por vezes mais complexo do que pode parecer à primeira vista. Se em alguns casos a relação é transparente, em outros a situação é muito problemática, e só a busca de atestações intermédias pode ajudar na busca de uma solução. Deste modo, revestem-se de especial interesse as fontes medievais, onde os elementos toponímicos são abundantes e podem proporcionar em muitos casos contributos decisivos. Nesta confrontação entre elementos onomásticos atestados em fontes clássicas e os seus correspondentes modernos revela uma especial importância a intermediação da língua árabe, que provoca por vezes alterações fonéticas menos esperadas e que não são, de uma maneira geral, conhecidas por quem está familiarizado com o grego e o latim.

b) De ordem arqueológica: O peso deste argumento decorre do facto de constituir uma aporia o terem, por princípio, de subsistir vestígios materiais de qualquer estabelecimento antigo. E, tratando-se de aglomerados de consideráveis importância administrativa, o que acontece com frequência no caso de atestação de cidades, esses elementos de natureza arqueológica deveriam corresponder, em número e dimensão, ao relevo desse aglomerado. Por outro lado, deve haver uma conformidade entre as características dos vestígios subsistentes e a natureza particular do próprio estabelecimento. Isto é, se se trata de uma guarnição militar, é natural que a estruturas respeitem determinados parâmetros e os achados correspondam a determinado perfil de utilizadores desse espaço e a actividades normalmente desenvolvidas nesse tipo de estabelecimentos. Deve verificar-se, simultaneamente, uma verosimilhança histórica e cronológica, de forma a estabelecer uma relação entre os dados históricos disponíveis e os elementos datáveis que o sítio proporciona. Ainda que a correspondência exacta não possa estabelecer-se, por via da regra, é possível, na maioria dos casos, identificar objectos que apontem de uma forma mais ou menos precisa para uma determinado momento. Se, como é o caso, os factos aludidos respeitam ao final da república romana, é essencial o que o sítio escolhido apresente pelo menos alguns dos indicadores materiais que correspondam a esse período.

c) E, naturalmente, deve registar-se uma verosimilhança geográfica, isto é, uma atribuição de um topónimo antigo a um lugar deve corresponde aos elementos, mais ou menos precisos, de acordo com a natureza dos dados proporcionados pelas fontes. Em certos casos, pode, à partida, circunscrever-se a sua localização a uma área muito restrita, por exemplo, se depende de uma informação do Itinerário de Antonino e se o lugar em causa se encontra referenciado a uma estação viária bem identificada. Outras vezes, a natureza vaga das referências literárias não permite mais do que determinar o enquadramento numa província, como acontece, por exemplo, em alguns nomes registados apenas num dos elencos plinianos de *oppida/populi* (v. g. os *Elbocori*). Entre estes dois extremos se situam a maior parte dos exemplos.

No caso vertente, em que se depende exclusivamente da informação de Ptolomeu, há que ter em conta as limitações dos dados deste geógrafo, cuja falta de rigor foi atestada em muitas situações bem conhecidas. No entanto, o contrário é também verdadeiro, de tal modo que a incerteza a respeito da fiabilidade das suas coordenadas parece ser o aspecto mais certo.

4. Os fundamentos de uma opção

Como se viu, a tendência mais recente da historiografia vai no sentido de questionar as tradicionais localizações de *Caepiana*, por se constatar que os elementos aduzidos até ao momento carecem de consistência. Todavia, o que justifica este contributo é a convicção de que subsistem, de facto, elementos suficientes para a sua localização com um sítio concreto, o bem conhecido povoado de Chibanes. Como de seguida se verá, essa proposta funda-se em elementos de diversa natureza, o que lhe confere bastante solidez.

4.1. O dado toponomástico

Penso que, de facto, não constitui grande motivo de controvérsia a equação *Caepiana* > *Chibanes*, tendo em conta alguns dados relativamente conhecidos da evolução onomástica do latim às modernas línguas hispânicas. A primeira questão que se coloca, a da passagem *cae-* > *ce-* > *chi-* encontra desde logo um paralelo no topónimo *Chipiona* (Fabião, 1998, p. 215), que se costuma relacionar, sem grandes controvérsias, com o nome da mesma personagem, Quinto Servílio Cepião (*TIR* J-29, p. 48). Nesta região se situaria o *Καιπίωνις Ἰδρυται πύργος*, a que alude o texto de Estrabão (Str. 1,3,9) e, que, por sua vez, corresponderia ao *monumentum Caepionis* registado por Mela (3,4). Esta estrutura, descrita com algum pormenor por ambos autores, corresponderia a um construção destinada a servir de auxílio à navegação numa das antigas entradas do rio *Baetis*.

O fenómeno correspondente encontra-se bem atestado nas línguas hispânicas e é atribuído à mediação árabe. Na realidade a sua atribuição concreta pode ser mais complexa, mas parece claro que em contexto moçárabe se registam duas soluções para este grupo fonético, uma delas precisamente a que estes dois exemplos documentam (Lapesa, 1986, p. 140), a qual se encontra igualmente documentada em outros topónimos, como *Elche* (< *Ilici*) e *Aroche* (< *Arucci*)⁴.

A questão da sonorização do *-p-* não constitui qualquer problema, uma vez que se trata do processo habitual na sua evolução fonética. Mais complexa pode ser a explicação da passagem *-iana* > *-anes*, em particular no que diz respeito à perda do *-i-*, raro em posição pré-tónica⁵. Esse fenómeno encontra-se, isso sim, muito em atestado em situação pos-tónica, como é caso do topónimo *Chaves* < *Flauias* ou a alternância entre a forma do hidrónimo *Limia* e *Lima* registada respectivamente no galego e no português. A mesma tendência para a perda do *-i-*, pode ainda verificar-se, com relativa frequência, numa série de topónimos actuais em que originariamente entrava o elemento *-briga*. Em boa parte dos casos que nos chegaram a terminação *-bra* resulta de um processo que passou sucessivamente pela habitual queda da oclusiva intervocálica e pela redução de *-bria* a *-bra* (*Conimbriga* > *Colimbría* > *Coimbra*; *Anlubria* (?) > *Annubria* > *Anobra* (Carvalho, 1959, p. 2 e n. 16).

Por fim, a terminação *-es* foi explicada, no caso de *Chaves* como uma consequência de lhe subjazer um locativo *Flaviis*, o que tão se poderia aplicar a este caso. Todavia, esta interpretação está longe de ser consensual para o exemplo setentrional citado e também deverá ser problemática no exemplo em análise.

De qualquer modo, ainda que não se encontrem aqui esclarecidos todos os particulares da evolução fonética de *Caepiana*, não me parece que isso deva constituir um óbice à aceitação de um vínculo entre esse nome e o actual *Chibanes*. A falta de atestação de formas intermédias e os problemas ainda subsistentes no que respeita à justificação fonética de determinadas formas modernas⁶ não devem impedir que se aceite como verosímil esta nova proposta.

4.2. O contributo da arqueologia

O sítio arqueológico de Chibanes, situado na crista da Serra do Louro (Palmela), corresponde a um amplo estabelecimento, com cerca de 300 m de extensão, e tornou-se conhecido através dos trabalhos que Marques da Costa aí realizou e de que deu conhecimento em diversos contributos (Costa, 1910; Silva e Soares, 1997, p. 33-37). A diversidade e riqueza do espólio patentearam-se em publicações de bastante rigor, com ampla documentação gráfica e descrição pormenorizada, que ainda hoje são de extrema utilidade, apesar de se lamentar a falta de referências estratigráficas.

Apesar da sua importância, esse espólio só despertou maior interesse nos anos '70 do século passado. Nessa época alguns dos materiais arqueológicos foram objecto de referências particulares, nomeadamente a cerâmica campaniense (Delgado, 1971) e ânforas “neopúnicas” (Maia, 1978, p. 200-203, Ests. I, II e III, 1-5), inserindo-se o seu estudo em contextos de análise dos materiais idênticos do território.

No que respeita concretamente à cerâmica campaniense, M. Delgado, no primeiro trabalho de estudo sistemático deste grupo cerâmico, deu conta de quatro fragmentos existentes no Museu Nacional de Arqueologia da região de Setúbal, mas que, na realidade, provinham de Chibanes (Ferreira, 1971, p. 62-64 e n. 66; Fabião; Guerra, 1996, p. 117): um integrado na categoria de “pré-campaniense”; dois classificados como “A tardia”, respectivamente das formas Lamb. 5-7 e 36; e, por fim, um fragmento de “B”, classificado como do tipo 3 de Lamboglia (Delgado, 1971, Quadro II e Est. I, n.ºs 12-13). No seu conjunto, este pequeno núcleo constituía, no pobre panorama de então, uma amostra de certo significado, reveladora de uma diversidade formal e evidenciando igualmente uma considerável amplitude cronológica.

Na realidade verifica-se que este espólio é constituído por uma maior variedade de formas e tipos, nos quais é possível identificar muitas produções regionais afins de A e de B, entre elas alguns exemplares de fraca qualidade. Esta é particularmente evidente em exemplares que apresentam pastas avermelhadas e verniz negro, pouco espesso, nos quais se verifica que a coloração deste último variava com frequência e não apenas pelos conhecidos problemas de sobreposição dos recipientes no processo de cozedura.

No que respeito às produções de B e afins o quadro corresponde aproximadamente ao panorama habitual do século I, no Ocidente hispânico: presença maioritária de recipientes integráveis nas formas 1 (Fig. 5, n.º 1), 2, 3 (Fig. 4, n.ºs 1-3) e 5-7 (Fig. 4, n.º 5; Fig. 5, n.º 3) de Lamboglia, com especial relevância para esta última, correspondente a páteras que, por vezes atingem consideráveis dimensões. Em Chibanes foi encontrado um exemplar quase completo (v. Fig. 5, n.º 3), não inventariado por Manuela Delgado, que corresponde à F 2255 de Morel e cujo pé se incluiu no tipo 145, para o qual se propõe uma cronologia em torno do último quartel do século II a.C. (Morel, 1981, p. 455).

O conjunto definido como campaniense A, encontra-se representado por algumas das suas formas mais correntes, tendo M. Delgado dado já a conhecer um exemplar de Lamb. 36 e outro de 5/7 (Delgado, 1971, p. 409, Quadros I e III; v. Fig. 5, n.º 4). O espólio existente no MNA⁷ revela um

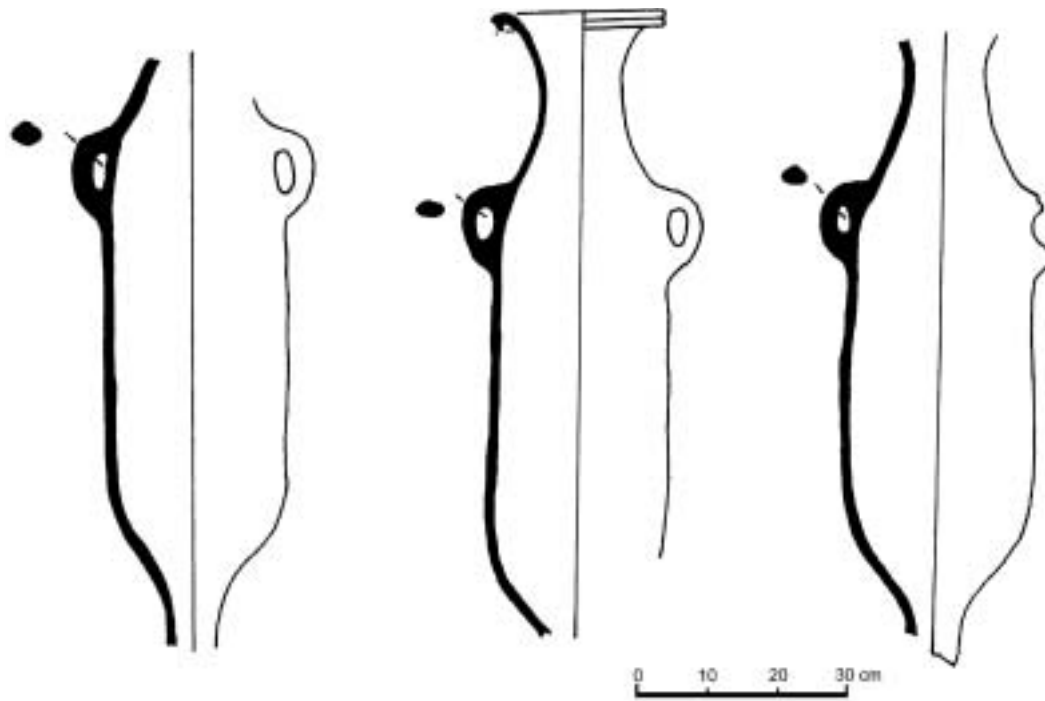


Fig. 1 Ânforas “ibero-púnicas” de Chibanes, em depósito no MNA (segundo Maia, 1971).

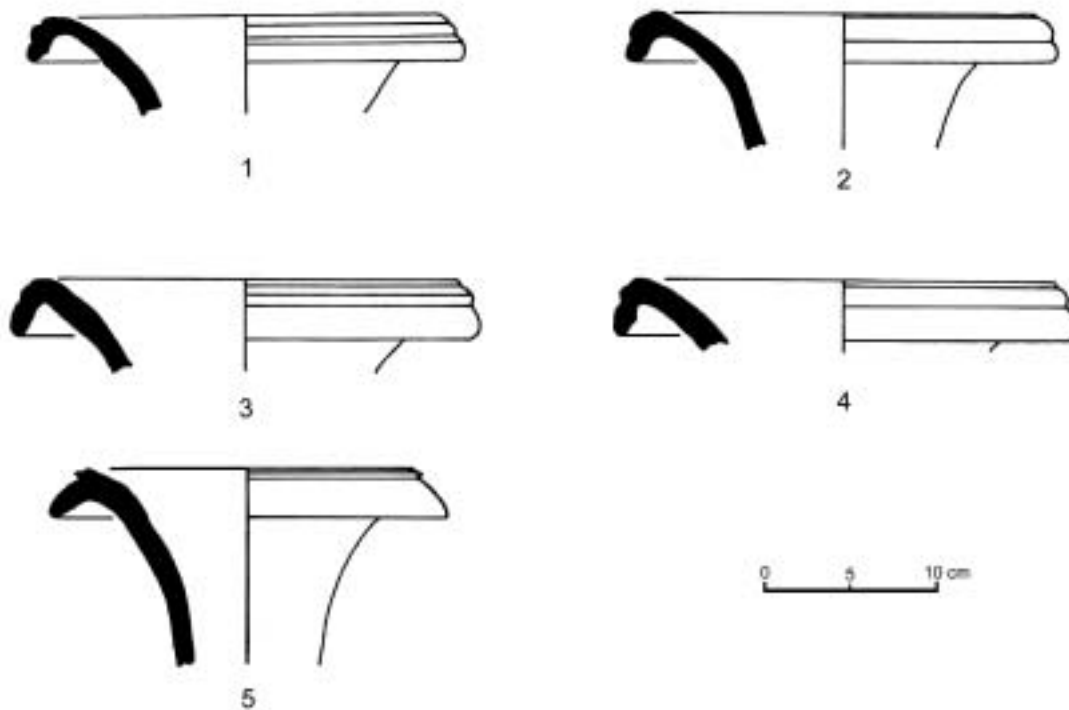


Fig. 2 Bordos de ânforas “ibero-púnicas” de Chibanes, em depósito no MNA (segundo Maia, 1971).

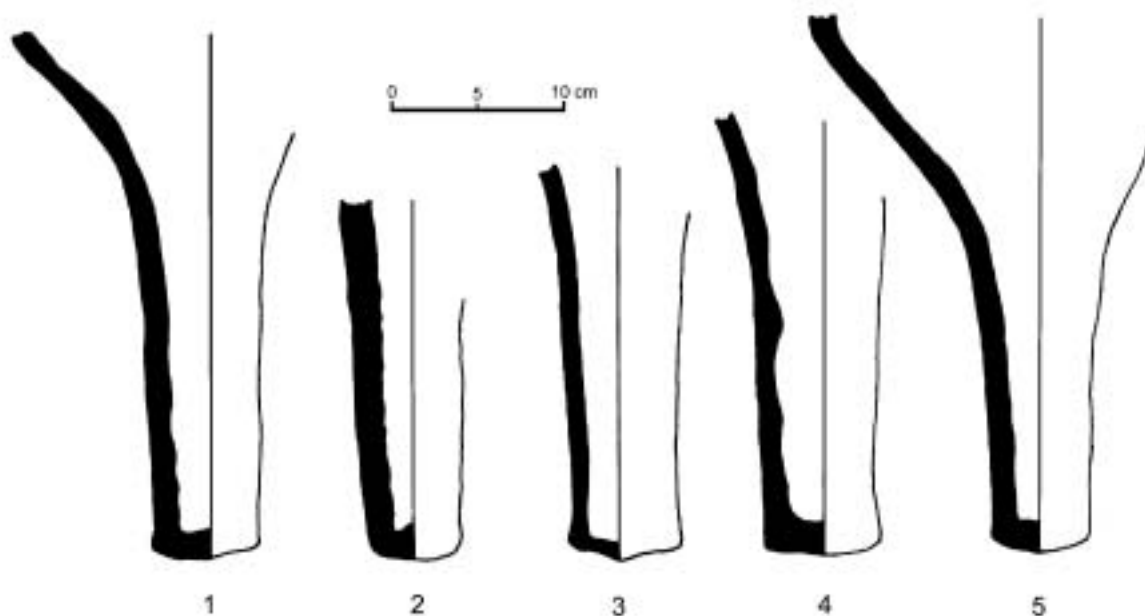


Fig. 3 Fundos de ânforas “ibero-púnicas” de Chibanes, em depósito no MNA (segundo Maia, 1971).

quadro mais diversificado. Para além destas peças já dada a conhecer, o conjunto de Chibanes em depósito inclui ainda um outro bordo de Lamb. 5/7, classificável como F 2255 (v. Fig. 5, n.º 5), semelhante ao já conhecido, em relação ao qual se pode propor uma datação da segunda metade do século II. Marques da Costa recolheu também dois pés deste tipo de recipientes, de perfil externo vertical e direito, pertencentes a fabricos com nítida feição regional e local, que evidenciam uma grande variação nas tonalidades do verniz. A estes deve acrescentar-se um fundo de pátera (v. Fig. 6), identificado nas escavações aí levadas a cabo em 1996 (Silva e Soares, 1997, p. 58, Fig. 13, n.º 10), que constitui um dos suportes da cronologia proposta para a Fase IIB. No mesmo conjunto se incluem igualmente três pequenos fragmentos de recipientes bem representados em sítios de cronologia afim, tradicionalmente definidos como Lamb. 27c. O quadro deste tipo cerâmico apresenta, portanto, um panorama que não se afasta muito do habitual no Ocidente hispânico, em sítio com ocupação de período tardo republicano.

Com todas as limitações inerentes ao facto de o espólio se encontrar sem qualquer referência estratigráfica ou contextual, a cronologia destes materiais deve corresponder, a um período que vai desde os finais do século II a.C. e se pode prolongar até ao início do principado. Os materiais de feição mais antiga, sobretudo algumas produções A ou afins, enquadram-se no âmbito definido por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1997, p. 50, v. *infra*) como a Fase IIB, enquanto outros achados documentam a Fase IIC.

As ânforas designadas habitualmente “ibero-púnicas” de Chibanes constituíram uma grande parte do espólio publicado por Manuel Maia no referido trabalho (v. Fig. 1-3), uma vez que, de entre os quinze exemplares que compunham o repertório, apenas dois não eram provenientes deste sítio arqueológico. A um conjunto cerâmico dado a conhecer por Marques da Costa, já muito significativo, não apenas pelo seu número, mas pela percentagem de exemplares inteiros, juntou Maia mais alguns elementos de bordo e de fundo e pondo em evidência um notório desfazamento entre as duas publicações. Enquanto a informação documental de Marques da Costa deixava clara a existência de quatro recipientes cuja forma era passível de reconstituição integral⁸ (Costa, 1910, n.ºs 477, 478, 479), no contributo de Maia apenas se apresenta uma forma completa. Para esta falta de ajust-

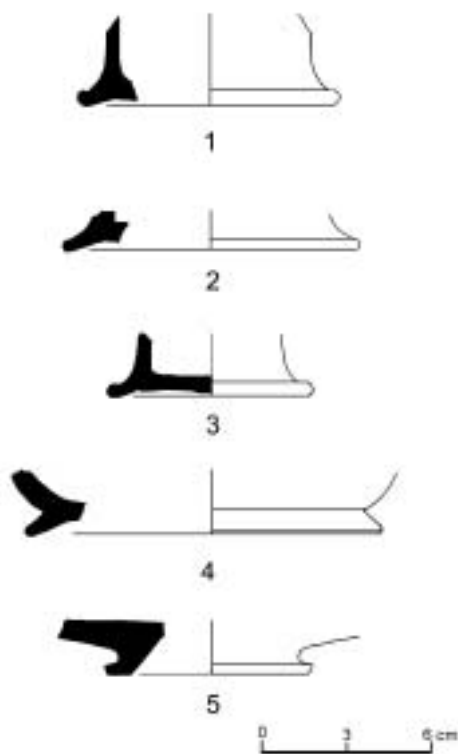


Fig. 4 Cerâmica campaniense “B” e afim de Chibanes guardada no MNA.

tamento dos materiais talvez tenha contribuído a perspectiva de restauro empreendida após as escavações antigas, a qual originou algumas situações estranhas. Numa delas, fez-se a reconstituição de uma parte superior de uma ânfora deste tipo juntando, com manifestas dificuldades, elementos de dois exemplares nitidamente distintos. Mais recentemente, foram estudados novos materiais anfóricos (Trindade e Diogo, 1998) correspondentes, na sua maioria, a uma fase de ocupação imperial. No entanto, para além da publicação de uma ânfora “ibero-púnica” quase integral e de um outro fragmento⁹, fazem-se alusões ao espólio afim já citado em anteriores publicações, embora não encontre aí qualquer referência ao exemplar de Dr. 1 que aqui se apresenta (Fig. 7, n.º 2).

Para além destes estudos de conjuntos cerâmicos, registam-se algumas referências isoladas a material proveniente de Chibanes, normalmente já publicado por Marques da Costa, mas que em alguns casos é estudado mais detidamente. É o que se verifica com uma tampa de urna de ore-

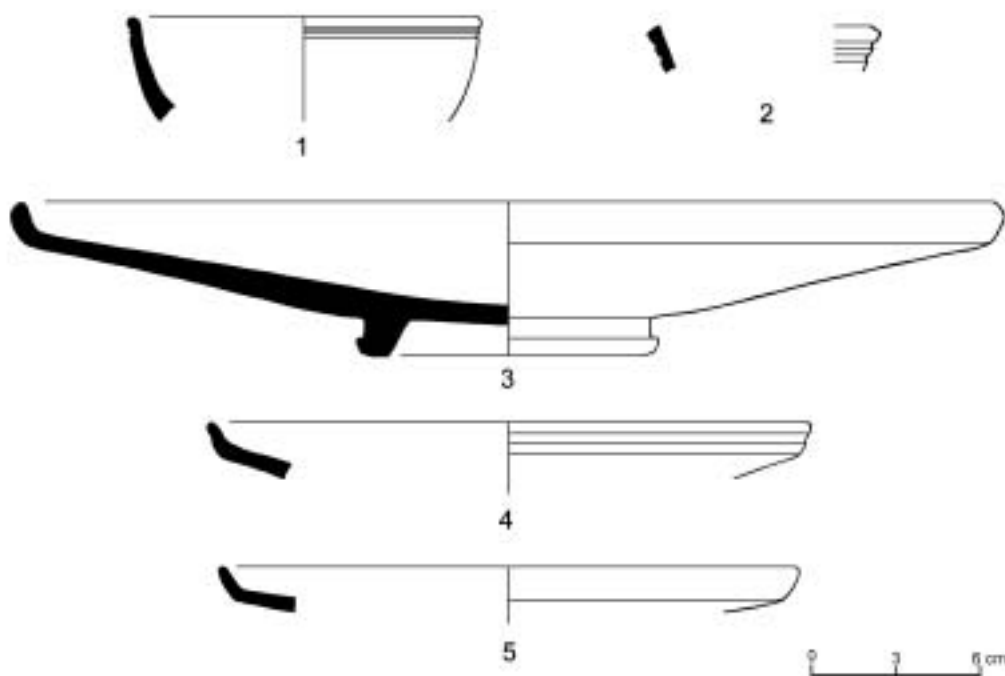


Fig. 5 Cerâmica campaniense “A” e “B” proveniente de Chibanes, conservada na reserva do MNA.

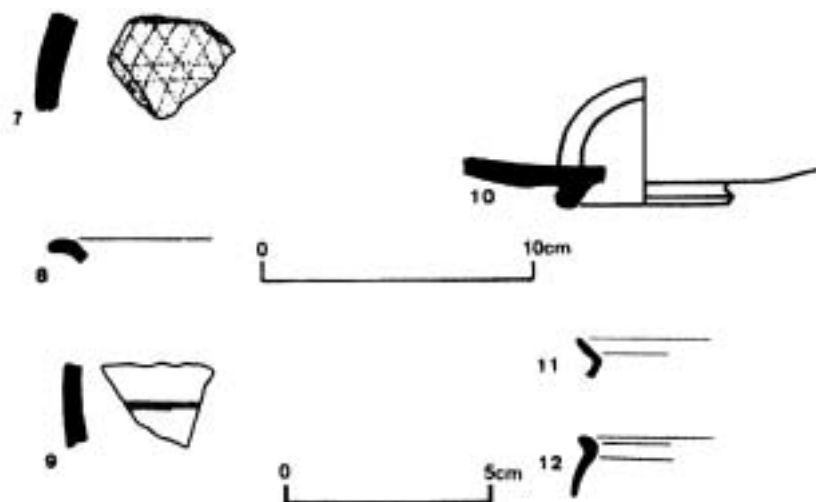


Fig. 6 Alguma cerâmica da Fase IIB, proveniente das escavações de 1996 em Chibanes (segundo Silva e Soares, 1997, fig. 13).

lhetas perfuradas que se apresenta como paralelo para material da necrópole do Galeado (Beirão e Gomes, 1985, p. 233-235, Fig. 14, n.º 7).

No entanto, no ano de 1996, efectuaram-se escavações no estabelecimento de Chibanes, conduzidas em condições metodológicas muito diferentes das de Marques da Costa, proporcionando novos e interessantes resultados (Silva e Soares, 1997). Como seria natural, a investigação mais recente foi acompanhada de uma interpretação mais completa e complexa do sítio, fundada nos vestígios materiais e sua posição estratigráfica. Mas possibilitou, ao mesmo tempo, trazer alguns contributos para o enquadramento dos achados resultantes dos trabalhos mais antigos. Para além disso, a possibilidade de compreender o sítio num quadro mais alargado, graças ao conhecimento de outras realidades coetâneas, permitiu traçar desse importante lugar um perfil verdadeiramente novo.

No que respeita à amplitude da sua cronologia, considerando à parte a terminologia de cada época, pode dizer-se que não há uma substancial diferença em relação ao que Marques da Costa postulava: registar-se-ia aí uma ocupação que se iniciava no Calcolítico e que tinha o seu momento mais tardio no período romano imperial. No entanto, deu-se um contributo muito significativo com o estabelecimento de uma periodização muito precisa, delineada, de acordo com os trabalhos recentes, nos seguintes moldes (Silva e Soares, 1997, p. 50):

Fase I - Calcolítico/Bronze Antigo; Fase IIA - Idade do Ferro (até ao século II a.C.); Fase IIB - "Idade do Ferro III / ... / provavelmente último quartel do século II - inícios do século I a.C."; Fase IIC - "Idade do Ferro III", especificamente 2.º e 3.º quartéis do século I a.C., com remodelação de construções; Fase III - romana imperial.

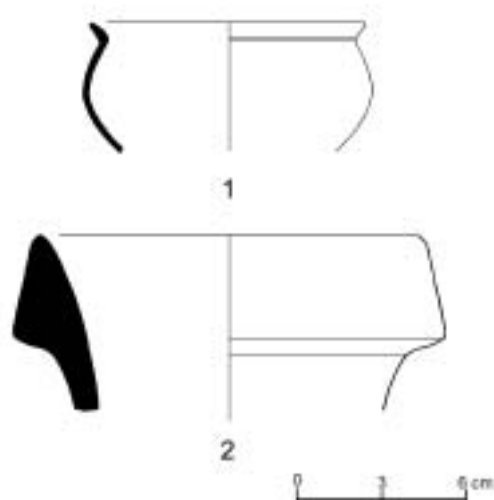


Fig. 7 Cerâmica do período republicano proveniente das escavações de Marques da Costa em Chibanes. 1 - "Paredes finas"; 2 - Bordo de ânfora Dressel 1.

Deixando de lado alguns aspectos relativos à terminologia usada para definir determinados períodos de ocupação, em especial a algo controversa Idade Ferro III (Cfr. Fabião, 1998, I, p. 118-120), o perfil traçado, estabelecido sem se ter em conta a proposta que aqui se apresenta, não deixa de ser esclarecedora sobre os factos históricos acima referidos. De particular interesse para o problema em análise é o facto de os responsáveis pela escavação terem estabelecido uma fase IIB, de âmbito cronológico muito restrito, que se compreenderia entre o último quartel do século II a.C. e o início do século I a.C., identificando um conjunto de modificações estruturais correspondentes a esse momento preciso.

É sintomático que esta proposta de interpretação dos dados arqueológicos pareça adequar-se, de forma tão precisa, ao quadro que se traçou do seu enquadramento histórico. Ao definir-se arqueologicamente um tão curto período de ocupação na fase IIB, poderíamos ser facilmente levados a pensar que as alterações estruturais e na cultura material poderiam decorrer precisamente das transformações ocorridas em consequência de uma situação completamente nova para o sítio: o estabelecimento de um contingente militar, neste caso o exército romano comandado por Servílio Cepião. A sua presença teria consequências no fortalecimento das estruturas defensivas, mas, ao mesmo tempo, determinaria uma significativa alteração do modo de vida das populações locais, não apenas as do próprio local, uma vez que é sobre o povoado pré-existente que se vai fixar o contingente militar, como certamente as do seu entorno¹⁰.

Esta presença militar teria como corolário uma alteração substancial na cultura material. A forte marca itálica, que se torna evidente à luz dos novos dados (Silva e Soares, 1997, p. 59) é, em primeiro lugar, uma consequência da própria instalação de contingentes com essa origem. Para além disso, pode concluir-se que, a partir deste momento, se encontraria facilitado o acesso dos produtos por via marítima, complemento essencial ao abastecimento e apoio ao deslocamento de tropas no território. Esta presença de natureza militar constitui apenas um dos elementos para a compreensão do processo de transformação das realidades locais, aos quais há que associar um amplo conjunto de elementos que acompanham o exército e que, muitas vezes mais do que ele, são os verdadeiros agentes da transformação.

O panorama arqueológico, caracterizado pela associação de ânforas Dressel 1 e “íbero-púnicas”, em especial Mañá C2 (v. Figs. 1-3 e 7), cerâmica campaniense e cunhagens locais (no caso vertente, de Cádis e Alcácer do Sal¹¹), poderia perfeitamente corresponder, pelo menos numa fase inicial e em algumas áreas, a um figurino de presença militar romana e não, necessariamente, a um sintoma da profunda integração das populações locais no circuito comercial fortemente marcado por um cunho itálico (Silva e Soares, 1997, p. 59). Esta feição exógena dos materiais, envolvendo em paralelo os sítios de Chibanes e Pedrão, foi deste modo interpretada por Carlos Fabião (1998, p. 211-219) como consequência da sua ligação à presença do exército romano, apontando já a natureza militar destes estabelecimentos, deduzida igualmente das afinidades onomásticas entre Chibanes, *Caepiana* e Servílio Cepião.

Do ponto de vista arqueológico, o quadro dos materiais identificados nesta fase são muito próximos de outros cuja natureza militar é bem conhecida, como o do *castellum* da Lomba do Canho. Mas também é certo que faltam, para já, os indicadores específicos que poderiam dar uma outra consistência a esta hipótese: espólio tipicamente militar, como armas, projecteis, capacetes ou escudos; estruturas inequivocamente associadas a estabelecimentos com esta natureza, como aqueles que se identificaram nos acampamentos da área de Numância ou na Lomba do Canho (*principia*, etc.). A reduzida dimensão da área intervencionada em 1996 não permite associar as modificações estruturais da fase IIB ao estabelecimento dos eventuais *Castra Caepiana*, segundo a conjectura de Schulten, mas os resultados obtidos nessa intervenção dão lugar, sem dúvida, a que se considere a

hipótese de ter existido um período relativamente limitado, centrado nos finais do século II, em que o sítio sofreu alterações consideráveis.

É tentador, após relação entre estes dados arqueológico (v. Fig. 6) e também os que já se conheciam, compatíveis com eles, retirar daí importantes consequências a nível histórico. O facto de se estabelecer para este momento essa cronologia confere maior fundamento a uma das opções a respeito da personagem que se deveria associar a este sítio. Tal como os escavadores o definem, pareceria mais provável uma decisão a favor do filho do vencedor de Viriato, uma vez que a data de 109-107 a.C. se revelaria mais conforme com os elementos proporcionados pelos materiais.

Em síntese e como resultado de apreciação global do espólio arqueológico da Fase IIB, pareceria mais indicado relacionar as transformações ocorridas nesse momento com as alterações resultantes de uma presença efectiva do exército romano às ordens de Quinto Servílio Cepião na região, ainda que se pudessem admitir outras possibilidades, nomeadamente a de, recuando alguns anos a cronologia dos materiais correspondentes, relacionar essas mesmas realidades com uma eventual intervenção de seu pai, como pretende a maioria dos autores. Mas, como se viu, a esta hipótese se podem opor algumas objecções não negligenciáveis. Deste modo, a proposta acima apresentada de considerar, em alternativa à interpretação tradicional, que *Caepiana* se poderia associar com a acção militar menos conhecida do pretor de 109 ganharia mais consistência e apresentar-se-ia, à luz destes dados, com mais possibilidades do que a versão habitualmente seguida pela investigação.

NOTAS

- * Professor da Faculdade de Letras
Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras
1600-214 Lisboa
- ¹ Trata-se de um equívoco bastante frequente nas fontes gregas. A este respeito é particularmente conhecido o caso *Geographia* de Ptolomeu.
- ² Atestam-se, pelo menos os seguintes: em 143 – 141, Quinto Cecílio Metelo, cônsul com Quinto Fábio Máximo Serviliano, cuja acção, todavia, parece estar mais ligada a campanhas contra os Celtiberos; o cônsul homónimo enviado 123-121 para submeter as Baleares, donde o seu epíteto de Baleárico; Quinto Cecílio Metelo Pio com diversas acções na Ulterior e na Citerior, no período compreendido entre 79 e 72, em conjugação com Pompeio, contra Sertório.
- ³ Agradeço ao amigo António Faria, a sugestão de incluir mais este interessante elemento.
- ⁴ Entre os topónimos portugueses em que se verificaria *ch* por *c*, Lapesa (1986, p. 140) cita os exemplos portugueses de *Caramonchel* e *Alconchel*.
- ⁵ Se a leitura *Aniobria* na capa de um ms. de 1086 é correcta (Carvalho, 1959, nota 16), esta poderia ser uma atestação de uma antiga forma do nome registado mais tarde como *Annubria*, *Anovria*, *Anhovra* e, actualmente, *Anobra*.
- ⁶ Sem sair das proximidades, recordem-se as dificuldades que se levantam à explicação do processo evolutivo *Caetobriga* > *Setúbal* (Cfr. Ferreira, 1959, p. 55-69), aspecto que não parece, todavia, impedir a sua genérica aceitação.
- ⁷ Agradeço ao seu director, Dr. Luís Raposo, todas as facilidades concedidas para estudo dos materiais e à equipa da secção de inventário a ajuda na difícil tarefa de reunir o espólio relevante para este trabalho.
- ⁸ O conjunto de Chibanes, que foi em determinado momento objecto de um processo fruste de restauro, encontrava-se no momento em que o procurámos no MNA, disperso, em consequência de alguns problemas decorrentes da confusão de siglas utilizadas na identificação dos materiais aí depositados.
- ⁹ Ao contrário dos aa. sou de opinião que a “marca estampada” do exemplar n.º2 corresponde a um grafito cuja antiguidade é particularmente suspeita, uma vez que a sua interpretação parece ser CHI[BANES].
- ¹⁰ Não parece possível, no entanto, incluir o Pedrão neste mesmo movimento, uma vez que a cronologia mais antiga do sítio, ainda que tipicamente tardo-republicana, dificilmente se incluiria num âmbito cronológico de finais do século II a.C. (Fabião e Guerra, 1996, p. 119).
- ¹¹ Sobre o contexto cultural, de marca latina, que envolve estas cunhagens v. nomeadamente Faria, 1992, p. 42-43.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. de (1973) - *Portugal romano*. Lisboa: Verbo.
- ALARCÃO, J. de (1988a) - *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALARCÃO, J. de (1988b) - *Roman Portugal*. 2 vol. Warminster. Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J. de (1990) - *Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença.
- ALARCÃO, J. de (1999) - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. *Rutas, ciudades y moneda en Hispania, Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Porto, marzo de 1997)*. Madrid: CSIC, p. 1-8.
- ALMAGRO, M.; MARTÍN BRAVO, A. (1994) - Medellín 1991: la ladera norte del Cerro del Castillo. In *Castros y oppida en Extremadura*. Madrid: Ed. Complutense, p. 77-127.
- BANDELLI, G. (2002) - La colonizzazione romana della Penisola Iberica da Scipione Africano a Bruto Callaico. In *Hispania terris omnibus felicior, Premesse ed esti di un processo de integrazione, Atti del convegno internazionale (Cividade del Friuli, 27-29 settembre 2001)*. Pisa: Edizioni ETS. p. 105-142. (consultado em www.fondazionecanussio.org/atti2001/bandelli.pdf)
- BEIRÃO, C. de M.; GOMES, M. V. (1983) - A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Mil Fontes). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. IV série. 1, p. 207-66
- BERROCAL RANGEL, L. (1992) - *Los pueblos célticos del Suroeste*. Madrid: Editorial Complutense.
- CARVALHO, J. G. H. de (1959) - Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 8, p. 277-284.
- COSTA, A. I. M. da (1910) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal, Appendice. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15, p. 55-83.
- DELGADO, M. (1971) - Cerâmica campaniense em Portugal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra. Vol. II, p. 403-420.
- DYSON, S. (1985) - *The creation of the Roman frontier*. Princeton: University Press.
- FABIÃO, C. (1992) - O passado proto-histórico e romano. In *História de Portugal, I - Antes de Portugal*, dir. J. Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 76-299.
- FABIÃO, C. (1998) - *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) - A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiussa*. Lisboa. 0, p. 109-131.
- FARIA, A. M. de (1989) - Sobre a data de fundação de *Pax Iulia*. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 101-109.
- FARIA, A. M. de (1992) - Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca*. Aljustrel. 1, p. 39-48.
- FERREIRA, F. B. (1959) - O problema da localização de Cetóbriga. Seu estado actual. *Conimbriga*. Coimbra. 1, p. 41-70.
- FRANCISCO MARTÍN, J. de (1989) - *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca: Universidad.
- GARCÍA ALONSO, J. L. (2003) - *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.
- GARCÍA MORÁ, F. (1993) - Sertório frente a Metelo (79-78 a.C.). In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, p. 375-398.
- GONZÁLEZ ROMÁN, C. (1981) - *Imperialismo y romanización en la provincia Hispania Ulterior*. Granada: Universidad.
- GUERRA, A. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa.
- GUNDEL, H. (1968) - Viriato: Lusitano, caudillo en las luchas contra los romanos. 147-139 antes de Cristo. *Caesaraugusta*. Zaragoza. 31-32, p. 175-198.
- KNAPP, R. C. (1977) - *Aspects of the Roman experience in Iberia, 206-100 B.C.* Valladolid: Universidad.
- LAPESA, R. (1986) - *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos.
- LÓPEZ MELERO, R.; SÁNCHEZ, J. L.; GARCÍA, S. (1984) - El bronce de Alcántara. Una *deditio* del 104 a.C. *Gerión*. Madrid. 2, p. 265-323.
- MAIA, M. (1977) - As ânforas neopúnicas do sul de Portugal. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 199-207.
- MANTAS, V. G. (1996) - Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado. In *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: D. Quixote/Câmara Municipal do Seixal, p. 343-369.
- MOREL, J.-P. (1981) - *Céramique campanienne: les formes*. Roma: École Française de Rome.
- PASTOR MUÑOZ, M. (2000) - *Viriato: la lucha por la libertad*. Madrid: Aldebarán.
- RIBEIRO, J. C. (1994) - *Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea. Al-madan*. Almada. II série, 3, p. 75-95.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1978) - *Historia de España*. Madrid.
- SCHULTEN, A. (1926) - *Sertorius*. Leipzig: Dieterich'sche Verlagsbuchhandlung.

- SCHULTEN, A. (1937) - *Fontes Hispaniae antiquae, IV - Las guerras de 154-72 a. de J.C.* Barcelona: Librería Bosch.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J. (1997) - Chibanes revisitado: primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais VI, Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa: Instituto Oriental, p. 33-66.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. da (1973) - Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. II, p. 245-305.
- SPANN, Ph. O. (1981) - Lagobriga expunged: renaissance forgeries and the Sertorian War. *Transactions of the American Philological Association*. Baltimore, MA. 111, p. 229-235.
- TIR J-29 (1995) = *Tabula Imperii Romani. Hoja J-29: Lisboa - Emerita - Scallabis- Pax Iulia - Gades*. Madrid: CISC - IGN - Ministerio de Cultura.
- TOVAR, A. (1976) - *Iberische Landeskunde, 2. Lusitania*. Baden-Baden: Valentin Koerner.
- TOVAR, A.; BLÁZQUEZ, J. M. (1980²) - *Historia de la España romana*. Madrid: Alianza.
- TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (1998) - Ânforas romanas provenientes do Castro de Chibanes. *Al-madan*. Almada. II série, 7, p. 172-173.
- ULBERT, G. (1984) - *Cáceres el Viejo, ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Mainz: Ph. von Zabern.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1905) - *Religiões da Lusitania, na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: INCM.

